

Estudo derruba o mito: aborto não aumenta risco de depressão

A pesquisa acompanhou a vida de mais de 20 mil garotas americanas por 15 anos seguidos.

[\(Super Interessante, 27/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Mesmo nos países em que o aborto é legalizado, ele é controverso - e não faltam pesquisas que tentam entender quais os impactos psicológicos de interromper uma gravidez.

Essa preocupação está no cerne das políticas públicas: dos EUA ao Uruguai, é muito comum que um requisito para o aborto legal sejam sessões de aconselhamento psicológico. Até aí tudo bem - mas em seis estados americanos, esse profissional é obrigado a enfatizar os riscos à saúde mental e as “respostas emocionais negativas” que o aborto traz.

Essa obrigação estaria atrelada a pesquisas que mostram que o aborto aumentaria o risco de distúrbios emocionais. Mas esse não é o caso. Segundo investigou a [professora Anu Manchikanti Gómez](#), da Universidade da Califórnia em Berkeley, a ciência diz o contrário: artigo após artigo demonstra que não há risco aumentado de ansiedade, depressão ou queda de autoestima associado ao aborto.

Ela decidiu tirar a prova, analisando 15 anos seguidos de dados sobre mais de 20 mil garotas americanas, em um dos maiores estudos já feitos sobre o assunto. Seu foco eram as mulheres jovens, que seriam especialmente vulneráveis. Primeiro, porque a frequência de depressão e ansiedade no início da vida adulta é maior. E, depois, porque é nessa faixa etária de pouca estabilidade que costuma ocorrer a primeira gravidez de uma mulher - e ela é quase sempre acidental.

Cerca de 45% de *todas* as gestações são classificadas pelas mulheres como “indesejadas” no momento da concepção. Mas quando olhamos só para as mulheres que engravidam entre os 18 e o início dos 20, esse número sobe

para 76%.

Estudo do Google revela aumento de buscas por temas relacionados à diversidade

Termos como feminismo, racismo e causa LGBT estão entre as pesquisas

[\(O Globo, 21/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Assuntos ligados à diversidade sexual, racial, de gênero e religiosa nunca foram tão procurados pelos brasileiros na internet. A conclusão é de um estudo divulgado pelo Google BrandLab, que analisou pesquisas feitas no buscador e no YouTube, plataforma de vídeo que pertence à empresa de tecnologia.

Embora tais temáticas já estivessem em pauta há algum tempo na rede, os dados divulgados pelo Google demonstram elevações consideráveis em 2017, mesmo sem o ano ter chegado ao fim. As buscas nos primeiros cinco meses de 2017 por feminismo no Google, por exemplo, já acumulam o dobro de volume do que no ano de 2012 como um todo. Ainda em relação a 2012, a procura pelo termo “empoderamento feminino” foi quatro vezes menor em relação a este ano. Além disso, a busca pela expressão “igualdade de gênero” subiu 50% entre agosto de 2016 e este mesmo mês em 2017.

— O que vemos em 2017 é o feminismo alcançando volumes de busca equivalentes ao do racismo, que historicamente é o tema mais discutido no Brasil quando se fala em diversidade — observa Amanda Sadi, gerente de Insights do Google BrandLab São Paulo.

Isso não quer dizer, no entanto, que um assunto esteja ocupando o espaço de

outro. Ao contrário, nas buscas relacionadas aos direitos das mulheres, um termo em ascensão é “feminismo negro”, corrente que intercala pautas ligadas à igualdade de gênero com a questão racial. De agosto do ano passado para agosto deste ano, a procura no Google pelo assunto subiu 65%, embora o número em volume de buscas ainda continue baixo.

NOVOS TERMOS EM DESTAQUE

Da mesma forma, outra pesquisa com tendência de alta para 2018 é “racismo estrutural”, termo utilizado para tratar desta discriminação que surge incorporada ao funcionamento das instituições, em oposição a casos individuais de racismo. Para Amanda, os dados apontam um amadurecimento e complexificação do debate sobre diversidade.

— São temas que por muito tempo ficaram na academia ou eram discutidos apenas pela elite intelectual. Agora, eles estão ganhando força, saindo da teoria e chegando à ação — acredita a gerente.

Já quando se fala em buscas sobre assuntos ligados à comunidade LGBT, uma miríade de termos começa a se destacar apenas agora. De agosto de 2016 para o mesmo mês este ano, a busca pela palavra “transgênero” cresceu 123%. Já a expressão “cura gay” subiu 63% apenas em setembro, puxada pela decisão judicial que autorizou psicólogos a oferecerem tratamento de reorientação para homossexuais, na contramão do indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

— O que vemos no Google são pessoas procurando compreensão, ao invés de “haters”. Já no YouTube, é como se o assunto ganhasse vida e fosse aprofundado — avalia Amanda, que também encontrou na plataforma uma preocupação com a diversidade religiosa.

— Entre os *youtubers*, há o começo de um movimento que não fica na polarização e busca um discurso mais acolhedor. Existe uma movimentação para mostrar que é possível ser cristão e não ter um discurso fundamentalista.

PROCURA PODE TRAZER ERROS

Para a pesquisadora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC- USP) Rosane Borges, o aumento das buscas é fruto do embate sobre esses assuntos nas redes sociais.

— As pessoas procuram se municiar de argumentos para participar dos debates. Como o Google é o oráculo da internet, ele acaba sendo a grande referência para que elas possam intervir no espaço digital — explica Rosane, que, apesar de considerar uma conquista dos movimentos sociais o aumento do interesse por tais tópicos, vê com cautela o impacto disso fora das redes.

— Não necessariamente essas buscas sinalizam uma era de ouro. Às vezes, pode ser um germe apenas para nutrir mais ignorância: se, por um lado, abre-se o acesso à informação de qualidade, por outro as pessoas também podem entrar em furadas. Muitas vezes, elas querem apenas validar a própria opinião — destaca.

Representante da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (Ilga), o ativista Beto de Jesus também percebe ambivalência na forma como os dados dialogam com o atual cenário das minorias no Brasil.

— As coisas estão misturadas: de um lado, a gente tem esse avanço. Do outro, o Brasil continua sendo o país que mais mata travesti — observa.

Luiza Barros

Liberdade de aprender, por Rosana Leite

Muito se fala a respeito de gênero. É pauta há um bom tempo, e a sociedade vem se dividindo sobre o assunto, muitas vezes, sem a reflexão necessária. A expressão ideologia de gênero, então, se tornou praticamente palavrão para

alguns e algumas.

[\(Gazeta Digital, 03/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Todas as vezes que foi tentado cuidar do tópico, no afã de trazer a discussão para os bancos escolares, os diversos representantes religiosos foram contrários, afirmando que os efeitos poderiam ser devastadores para crianças e adolescentes. Apesar de vivermos em um estado laico, o clamor religioso vem sendo atendido.

Todavia, no dia 26 último, uma pesquisa divulgada pelo IBOPE, e encomendada pela Instituição Católica Pelo Direito de Decidir, evidenciou que 84% dos brasileiros e brasileiras apoiam a discussão sobre gênero nas escolas. A sondagem aconteceu em fevereiro do corrente ano, e mostrou que 72% dos entrevistados e entrevistadas concordam total ou em parte que os professores e professoras promovam debates sobre cada pessoa viver livremente a sua sexualidade. Quanto aos alunos e alunas entrevistadas, 88% se declararam a favor de aulas sobre educação sexual. Dessa quantia, 42% acham que o tema deve ser abordado a partir dos 13 anos, 36% a partir dos 10 anos, e 10% antes dos 10 anos de idade. Apenas 9% entendem que o assunto não deve ser abordado, e, ainda, 3% não soube opinar.

Outro dado da análise revelou que 87% concordam total ou parcialmente que aulas e livros devem informar sobre DST e prevenção. 80% dos ouvidos acordam com o uso de material sobre métodos contraceptivos como a pílula, injeção e DIU. E mais, 88% anuem que a punição da violência deve ser tema em sala de aula.

O Brasil é o país com maior índice de assassinatos de pessoas LGBT. Somente nos quatro primeiros meses deste ano, 117 pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais foram assassinadas devido à discriminação à orientação sexual, de acordo com o Grupo Gay da Bahia. Os números representam uma morte a cada 25 horas. Dados do IPEA nos informam que o número anual de estupros no país fica em torno de 527 mil.

Sabidamente, o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, concedeu no dia 20 passado, liminar suspendendo um dispositivo de lei do

município de Paranaguá\PR que proibia expressamente a adoção de políticas de ensino sobre gênero e orientação sexual nas escolas. Além das razões constitucionais, o jurista foi enfático nas questões de educação. Afirmou: “Impedir a alusão aos termos gênero e orientação sexual na escola significa conferir invisibilidade a tais questões. Proibir que o assunto seja tratado no âmbito da educação significa valer-se do aparato estatal para impedir a superação da exclusão social e, portanto, para perpetuar a discriminação. ”

Rosana Leite Antunes de Barros é defensora pública estadual.

Estudo em ratos mostra que zika vírus prejudica o esperma

Cientistas dos EUA não descartam a possibilidade de o efeito se repetir em humanos

[\(Correio Braziliense, 01/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Desde que o zika se revelou uma grave ameaça à saúde humana, as atenções de médicos e pesquisadores se voltaram às mulheres. Afinal, os primeiros casos de microcefalia — um dos sinais da síndrome neurológica provocada pela doença — evidenciaram que quem sofre as piores consequências do vírus são as gestantes e os fetos. Agora, pela primeira vez, cientistas da Universidade de Washington (EUA) descobriram que o micro-organismo também tem um efeito devastador sobre o sistema reprodutivo masculino. Em um estudo com animais, eles constataram que o zika pode causar infertilidade no homem.

“Nós já sabíamos que o zika é transmitido sexualmente, sendo que, na maior parte das transmissões sexuais, é o homem que infecta a mulher. Também há transmissão entre homens. O que não sabíamos era a consequência disso”, explica Michael Diamond, um dos autores do estudo, publicado na revista

Nature. No experimento, os ratos contaminados pelo micro-organismo se tornaram menos férteis e exibiram níveis mais baixos de testosterona. Além disso, sofreram redução significativa do testículo. Diamond destaca que o estudo foi feito em animais, mas não descarta que os mesmos resultados sejam encontrados em seres humanos.

De acordo com a epidemiologista e professora da Universidade Federal do Pará Helena Brígido, que também é consultora do Comitê de Arboviroses da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), nem todas as pessoas infectadas apresentam sintomas, mas, no caso dos homens, há relatos de dor na área do testículo e sangramento no líquido seminal, o que se explica pelo fato de o vírus se alojar no sêmen. “É por isso que é muito importante o homem usar preservativo”, observa a médica. Já se sabe há algum tempo que o vírus persiste durante meses, razão pela qual o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos recomenda às pessoas que viajam a regiões endêmicas usar camisinha por até seis meses, ainda que não exibam sinais nem sintomas da doença.

Essa associação fez com que os pesquisadores de Washington decidissem investigar se a presença do vírus teria algum efeito no aparelho reprodutor masculino. Para tanto, inocularam as cepas africana e asiática do zika em ratos e acompanharam a evolução da infecção. “Progressivamente, aconteceu a destruição dos testículos e das células germinativas, aquelas que vão produzir o espermatozoide. Também aconteceu uma produção grande de leucócitos, um sinal de infiltração inflamatória”, observa Helena Brígido. Todas essas lesões ocorreram pouco tempo depois da infecção, entre uma e três semanas. Em 21 dias, os testículos dos ratos infectados pelo vírus estavam com um décimo do tamanho normal e toda a estrutura interna havia sido danificada.

Seis semanas após o início do experimento, não havia mais sinal da presença do zika no líquido seminal nem na corrente sanguínea. Contudo, o testículo continuava destruído. “Não sabemos ao certo se o dano é irreversível, mas acreditamos que sim, pois as células que garantem o funcionamento da estrutura interna dos testículos foram infectadas e destruídas”, diz Michael Diamond. Essas estruturas, chamadas células de Sertoli, são importantes

para proteger as células germinativas de ameaças, como vírus e bactérias. Além disso, ajudam a nutrir os espermatozoides em desenvolvimento. Os cientistas descobriram que o zika, porém, consegue matá-las. Os testes reforçaram que dificilmente os danos provocados pelo vírus possam ser revertidos: passado um mês e meio, as contagens de esperma e de testosterona estavam bastante baixas.

Estudo caso-controlado confirma relação de causa e efeito entre zika e microcefalia

Trata-se de um estudo controlado, o primeiro do tipo feito desde o começo do surto

[*\(Folha de S. Paulo, 15/09/2016 - Acesse no site de origem\)*](#)

Alguns ainda duvidam que o atual surto de microcefalia seja causado pelo vírus da zika. Um estudo publicado na noite desta quinta (15) pela revista científica “The Lancet” talvez sossegue um pouco esses corações aflitos.

Trata-se de um estudo controlado, o primeiro do tipo feito desde o começo do surto. Para cada caso de microcefalia, os cientistas recrutaram dois controles (o plano é ter um grupo de casos com 200 bebês e de controles com 400; por ora são apresentados os resultados com 32 casos e 62 controles). Conduziram o estudo diversos pesquisadores, inclusive filiados ao Ministério da Saúde e à Organização Pan-Americana da Saúde (da OMS).

Os bebês nasceram na região metropolitana de Recife e os todos têm as mesmas características sociodemográficas. Em outras palavras, os cientistas não estão analisando outras variáveis a não ser a presença ou ausência do vírus e seu efeito.

A grande vantagem é que o estudo é prospectivo, ou seja, caminha para frente, analisando os novos casos a partir de uma certa data (janeiro, no caso) em diante. Isso faz com que os vieses de se estudar o passado (como amostras ou observações viciadas) sejam reduzidos.

O resultado: se um bebê nasceu com microcefalia a chance dele ter tido zika é 55,5 vezes maior do que a de um bebê sem microcefalia (mas também há a chance de haver prejuízo neurológico que não resulta em microcefalia, vale lembrar).

Os pesquisadores até propõem que o grupo conhecido como TORCH, conjunto infecções que podem causar más-formações — toxoplasmose, outras (sífilis, varicela-zoster, parvovírus B19), rubéola, citomegalovírus (CMV) e herpes- seja rebatizado e ganhe um Z, tornando-se TORCHZ. A ideia não é ruim se considerarmos a indiscutível relevância global atual da zika.

Para a médica especialista em saúde coletiva da UFPE Thália Barreto de Araújo, uma das autoras do estudo, ainda faltava um estudo que não fosse apenas relatos ou de descrições de casos, para medir a força dessa associação. Ela afirma que o fato de os exames de sangue terem sido feitos logo após o nascimento excluem a possibilidade de infecção posterior, o que aumenta a confiabilidade dos achados.

Com relação a outras possíveis variáveis (ou cofatores) que expliquem a “clusterização” (ou zonas) de microcefalia, como a falta de cobertura vacinal para febre amarela ou a alta prevalência de anticorpos para a dengue nessas pessoas, a médica diz que “certamente tem a ver com condições de vida”, mas que esse não foi o escopo do estudo.

“Geralmente os casos de microcefalia aparecem em hospitais públicos, onde vão pessoas com baixo poder aquisitivo. É algo que a gente ainda vai entender...”, diz Thália.

“Se você pensar que o vírus zika é transmitido pelo vetor aedes, que se reproduz em água limpa, e que há uma grande população continuamente excluída do abastecimento de água (onde a água só chega a cada dois ou três dias), o fato de as pessoas construírem reservatórios para essa água faz com

que elas estejam muito mais expostas a criadouros.”

Mulheres estão mais felizes com o peso hoje do que em 1980, diz estudo

(Correio Braziliense, 24/08/2016) A mudança pode ter relação com campanhas e movimentos que pregam a aceitação dos diferentes tipos físicos, acreditam os autores

Quando o tema da conversa em um grupo de amigas é a forma física, espera-se que a maioria delas se mostre infeliz com o peso ou alguma outra característica. Bombardeadas constantemente com imagens que retratam uma beleza idealizada, sempre impossível de ser alcançada, as mulheres costumam ser muito mais críticas em relação à própria aparência do que os homens. No entanto, um estudo divulgado na 124ª Convenção da Associação Americana de Psicologia, realizada este mês em Denver (Colorado), sugere que as campanhas pela aceitação da diversidade corporal, que ganharam força nos últimos anos, podem ter gerado os primeiros frutos, ajudando a reduzir o grau de insatisfação feminina.

Após analisar mais de 250 estudos sobre o tema — a maioria realizada nos Estados Unidos entre 1981 e 2012, reunindo dados de 100.228 pessoas —, os responsáveis pelo trabalho concluíram que as mulheres hoje estão mais satisfeitas com seu peso do que duas ou três décadas atrás. Enquanto os levantamentos feitos nos anos 1990 mostravam um aumento de insatisfação, os realizados nesta década mostraram uma clara mudança de direção nos resultados.

Um dos autores da análise, Bryan Karazsia, professor de psicologia da Faculdade de Wooster (Ohio), diz ao Correio que o resultado é ainda mais

surpreendente quando se leva em conta os altos índices de obesidade observados hoje nos Estados Unidos. “Com mais de dois terços dos adultos americanos com excesso de peso ou obesos, era de se esperar que a insatisfação corporal tivesse aumentado, mas nós encontramos o oposto”, afirma.

As mulheres, explica, continuam sofrendo mais pressão para ter um corpo dentro dos padrões de beleza, apresentando taxas de insatisfação bem mais altas que as observadas nos homens. No entanto, enquanto entre elas a reprovação da própria aparência caiu, entre eles, ela se manteve estável. Karazsia acredita que o fenômeno tem relação com as campanhas de conscientização iniciadas e ampliadas nos últimos anos.

“As duas últimas décadas têm testemunhado um crescente movimento de aceitação do corpo, destinado principalmente a jovens e mulheres”, observa o autor. “Sugiro que um dos motivos de a insatisfação corporal ter declinado ao longo do tempo é que as mulheres estão aceitando cada vez mais seus corpos como eles são. Eu acho que mudanças sociais estão contribuindo para alterar a forma como elas avaliam suas formas físicas, mas é muito difícil demonstrar isso cientificamente”, ressalta.

Para Vladimir Melo, psicólogo e doutorando em psicologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), a pesquisa americana mostra dados interessantes, mas considera prematuro apontar os fatores responsáveis pela mudança na percepção das mulheres. “É uma questão que está sem resposta”, avalia. “Hoje, de fato, temos um grande número de movimentos que questionam a supervalorização do corpo feminino. Existe uma luta contra essa supererotização que pode ter contribuído para esses resultados, mas fica difícil determinar isso apenas com esse estudo”, completa.

O brasileiro, que não participou do estudo, ressalta a importância do tema abordado, lembrando que a forma como a pessoa percebe o corpo pode favorecer problemas graves, como a anorexia e a bulimia. “É importante entendermos que a distorção de percepção do corpo é uma das características do transtorno alimentar, o que tem sido muito abordado por outros estudos. Ela pode estar ligada a problemas psiquiátricos, o que deve também ser levado em consideração”, diz.

Karazsia afirma que uma das intenções do estudo é justamente contribuir para o melhor entendimento dessa questão. Não se trata de celebrar a obesidade ou o excesso de peso, condições que favorecem diversos problemas de saúde, mas compreender como as mulheres tem lidado com a questão da insatisfação corporal, que, lembra o autor, pode também desempenhar um papel no desenvolvimento da depressão.

Homens

Para aprofundar esse conhecimento, o psicólogo da Faculdade de Wooster e colegas também fizeram uma revisão de estudos que buscaram medir a satisfação de homens com o próprio corpo. Como trabalhos anteriores mostraram que o gênero masculino costuma se mostrar mais infeliz com o volume muscular do que com o peso, a equipe buscou estudos que focavam essa questão.

Foram revisadas 81 pesquisas que reuniam dados de 23 mil participantes e cobriam um período de 14 anos. A análise mostrou que, de fato, os homens se cobram mais do que as mulheres quando se trata de musculosidade, mas, diferentemente do que foi observado nas pesquisas com o gênero feminino, os índices de insatisfação entre eles se manteve praticamente estável nos últimos anos, algo que também foi surpreendente para os especialistas. “Eu pensei que os homens poderiam demonstrar maior insatisfação corporal ao longo do tempo, porque estamos vendo uma maior exposição dos corpos masculinos do que antes, eu acho”, admite Karazsia.

Acesse no site de origem: [Mulheres estão mais felizes com o peso hoje do que em 1980, diz estudo \(Correio Braziliense, 23/08/2016\)](#)

Estudo sobre mulheres na

carreira diplomática causa polêmica

(O Globo, 06/06/2016) Causa polêmica no Itamaraty um estudo sobre as mulheres na carreira diplomática brasileira, de autoria dos pesquisadores Rogério Farias e Gêssica Carmo. O trabalho conclui que, projetando o ritmo de entrada de mulheres na carreira, de 1954 a 2010, para o futuro, somente em 2066 se chegaria à paridade entre os sexos. No Brasil, segundo dados do Portal da Transparência de junho de 2015, as mulheres eram 22,88% dos diplomatas.

Já...

Nos EUA, um terço dos embaixadores é do sexo feminino, inclusive a atual representante de Obama em Brasília (Liliana Ayalde). Hillary Clinton, que pode ser a primeira mulher a presidir os EUA, foi secretária de Estado entre 2009 e 2013. Mas quem mais avançou na inclusão foi o republicano George Bush, que nomeou Condoleeza Rice, mulher e negra, para dirigir o Itamaraty deles entre 2005 e 2009.

Acesse o PDF: [Estudo sobre mulheres na carreira diplomática causa polêmica \(O Globo, 06/06/2016\)](#)

Mulheres são maioria entre os doutores formados no exterior

(O Estado de S. Paulo, 29/03/2016) Levantamento mostra, no entanto, que elas ainda ganham menos do que os homens e têm menor inserção no mercado de trabalho

A maioria dos brasileiros que concluíram doutorado no exterior nos últimos quatro anos é mulher, mas elas ainda têm menos inserção no mercado de trabalho e recebem salários menores do que os homens, segundo um levantamento feito pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma organização social ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Segundo o estudo, ao qual o Estado teve acesso com exclusividade, 14.173 brasileiros obtiveram título de doutor fora do País entre 1970 e 2014. Desse total, 8.357 (59%) são homens e 5.786 (41%) são mulheres - ou seja, há uma predominância claramente masculina no acumulado desses 45 anos. A partir de 2012, porém, a tendência se inverte, e as mulheres passam a ser maioria, chegando a 60% do total em 2014.

“A reversão pode estar associada a um conjunto de fatores sociais e econômicos bem conhecidos no país, como a crescente independência da mulher na sociedade brasileira, a transformação do papel feminino - a maternidade já não é o principal fato social na vida da mulher no Brasil - e a participação ativa no mercado de trabalho”, diz o relatório, cuja íntegra deverá ser apresentada nesta terça-feira, 29, em Brasília.

“É uma tendência que já se observa há algum tempo entre os doutores titulados no País”, disse ao Estado o presidente do CGEE, Mariano Laplane. No cenário doméstico, as mulheres já são maioria desde 2004. “Acho isso muito bom. Pena que a remuneração ainda não esteja equilibrada.”

O estudo mostra que estudar no exterior é um bom investimento, tanto para homens quanto para mulheres. O salário médio dos doutores com titulação no exterior é de R\$ 17,3 mil, comparado a R\$ 13,8 mil dos doutores em geral. Os salários das mulheres, porém, são em média 20% menores do que os dos homens - uma diferença menor do que a verificada no mercado de trabalho em geral (em torno de 25%), mas ainda significativa. A taxa de emprego formal entre as mulheres também foi menor do que entre os homens em todos os anos do período. Mais da metade desses doutores são empregados na administração pública federal.

A média de doutores formados no exterior desde 1970 foi de 315 por ano,

com altos e baixos ao longo do período. Houve uma queda expressiva entre 1995 e 2001, por exemplo - reflexo da uma mudança estratégica, no sentido de favorecer a formação de doutores dentro do País. Mas os números voltaram a crescer a partir de 2001, e explodiram a partir de 2007, impulsionados pelo crescimento econômico e pelo lançamento do programa Ciência sem Fronteiras.

A base para o estudo foi a plataforma de currículos Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os números não incluem doutores brasileiros que tenham permanecido no exterior, empregados fora do sistema de ciência e tecnologia nacional.

Os países que mais formaram doutores brasileiros foram os Estados Unidos, com 3.710, seguidos pela França (2.305), Grã-Bretanha (2.067), Espanha (1.520) e Alemanha (947). Apesar do número de doutores titulados no exterior ser muito inferior ao de formados no País (que passa de 10 mil por ano), a experiência internacional dessa força de trabalho é crucial para o desenvolvimento da ciência nacional, segundo Laplane. “É muito importante para que mundo veja a qualidade dos nossos jovens pesquisadores e para que o País se insira nas redes internacionais de pesquisa.”

‘Sentia obrigação social com Brasil’, diz pós-graduada



Estudo. Leda fez mestrado e doutorado na Inglaterra (Foto: Reprodução)

Em 1981, recém-graduada em Arquitetura e Urbanismo, Leda Maria Vieira Machado, que se formou em 1979, sentiu na pele o que era ser minoria quando foi uma das 14 alunas de um curso de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da University of London, na Inglaterra. “Tinha gente do mundo inteiro e eu era a única mulher, e a mais nova”, conta ela, hoje com 57 anos.

“Fui muito bem e me convidaram para fazer mestrado”, diz ela. O mestrado foi em Economia. Na sequência veio o doutorado em Sociologia.

Em 1991, Leda decidiu voltar. “No fundo, sentia uma obrigação social com o Brasil. Quem pagou meus estudos foram os brasileiros, com impostos”, diz ela, que foi bolsista. Em 1998, ainda fez um pós-doutorado na Espanha.

Leda diz não acreditar que ter se pós-graduado no exterior tenha facilitado sua inserção no mercado de trabalho. “Na verdade, você volta ao País sem nenhum apoio”, afirma. Ela trabalhou em empresas públicas, foi comissionada na Universidade de São Paulo (USP) e dirigiu Departamentos de Recursos Humanos de diversas multinacionais. Desde 2011, tem uma empresa própria de consultoria, a LMachado.

Herton Escobar

Acesse o PDF: [Mulheres são maioria entre os doutores formados no exterior \(O Estado de S. Paulo, 29/03/2016\)](#)

Senado cria Observatório da Mulher contra a Violência

(Agência Senado, 22/03/2016) O Plenário do Senado aprovou, nesta terça-feira (22), o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 64/2015, que cria o Observatório da Mulher contra a Violência. O projeto, de autoria da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), tramitava em regime de urgência e agora segue para promulgação.

O observatório terá a função de reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher. A unidade também vai estudar a situação da violência contra a mulher, analisar e produzir relatórios a partir dos dados oficiais e públicos, além de elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, de atendimento às vítimas, e de combate à violência. Seus dados vão subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Simone Tebet destacou que, apesar de o Brasil já ter avançado muito com a Lei do Feminicídio e com a Lei Maria da Penha, falta ainda o país entender a

origem e a razão dos índices altos da violência contra a mulher e o que efetivamente está acontecendo.

— O que nós queremos é buscar respostas e só as teremos se tivermos informações. Que a gente possa saber exatamente quantas são as Marias, as Martas, as Roses, as Carmens, as Gleisis, as Anas Amélias, as Reginas que foram ou que são vítimas das violências porque são todas hoje “das dores” — destacou Simone Tebet.

A intenção de Simone é criar o observatório dentro da estrutura do DataSenado, unidade que realiza pesquisas de opinião com a população brasileira sobre assuntos diversos relacionados ao Parlamento. A senadora lembra que a Lei Maria da Penha determina que a política pública de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher tem como uma de suas diretrizes a promoção de estatísticas e informações relevantes relacionadas às causas, às consequências e à frequência de casos.

Segundo a senadora, o observatório poderá estudar em tempo integral todos os dados levantados, inclusive por outros órgãos públicos, e ajudar no trabalho da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher e da Procuradoria Especial da Mulher. A parlamentar ressalta ainda que a medida não gera novas despesas para o Senado, pois os custos das atribuições criadas serão cobertos pelo remanejamento de pessoal e reorganização administrativa.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que a proposta é de extrema importância no avanço da questão de gênero. Renan ressaltou que, de todos os parlamentos do mundo, talvez o Senado brasileiro seja o mais significativo do ponto de vista da votação de matérias de interesse da mulher.

— Hoje estamos suprindo uma deficiência da Lei Maria da Penha que, em seu artigo 8, exige uma política nacional de dados de violência contra a mulher — disse.

DataSenado

O Plenário também aprovou nesta terça-feira (22) o Projeto de Resolução do

Senado (PRS) 65/2015, que confere ao Instituto DataSenado o papel de auxiliar as comissões permanentes da Casa na avaliação das políticas públicas do governo federal. O projeto altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o DataSenado produza análise e relatórios estatísticos para subsidiar as avaliações de políticas públicas feitas anualmente pelas comissões permanentes. A proposta segue para promulgação.

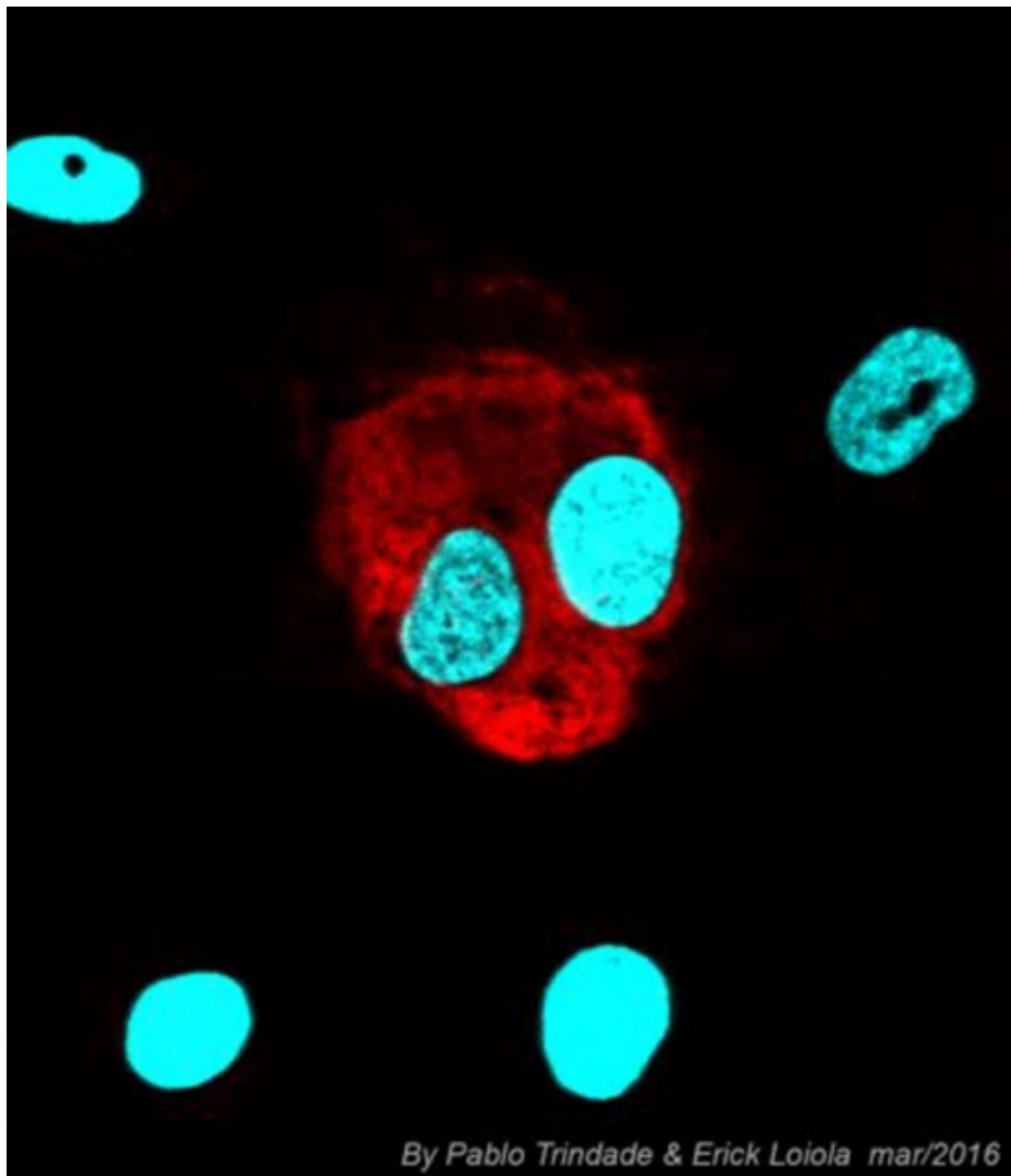
Acesse no site de origem: [Senado cria Observatório da Mulher contra a Violência \(Agência Senado, 22/03/2016\)](#)

Mais um estudo confirma que zika mata células do cérebro

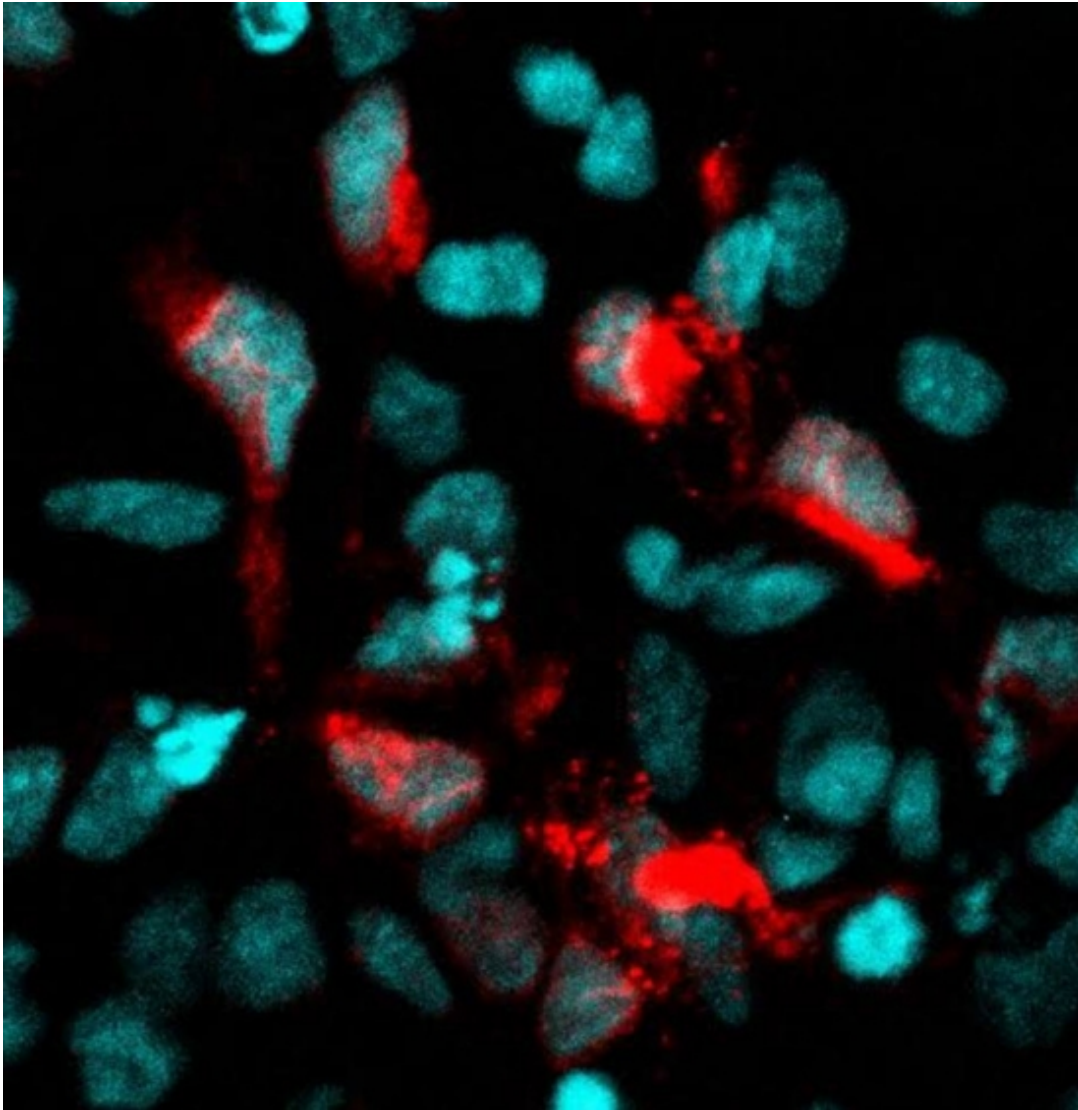
(O Estado de S. Paulo, 04/03/2016) Trabalho americano mostra que vírus atinge as células-tronco que são precursoras do córtex cerebral; dano pode ser o caminho para explicar surto de microcefalia

Em um intervalo de apenas dois dias, duas pesquisas independentes, uma no Rio de Janeiro e outra nos Estados Unidos, chegaram a conclusões muito parecidas sobre como o vírus zika é capaz de agir no cérebro, infectando e matando células neuronais, o que reforça a suspeita de que o vírus está por trás do aumento no número de casos de microcefalia no Brasil.

Na quarta-feira, 2, um grupo carioca liderado pelo neurocientista Stevens Rehen, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto D'Or de Pesquisa, publicou um trabalho, em sistema de preprint (antes de avaliação por pares), que mostra que o zika infecta as células que agem como progenitoras cerebrais, ou seja, que dão origem ao órgão, o que acaba tendo efeito no seu desenvolvimento.



Núcleo de célula-tronco neuronal infectada com o vírus zika, em vermelho. Imagem obtida em pesquisa do grupo de Stevens Rehen (Foto: Reprodução)



Núcleo de célula-tronco neuronal infectada com o vírus zika, em vermelho. Imagem obtida em pesquisa do grupo de Stevens Rehen (Foto: Reprodução)

Nesta sexta-feira, 4, um grupo de pesquisadores das universidades americanas Johns Hopkins e Estadual da Flórida publicou um trabalho na revista *Cell Stem Cell*, com achados muitos parecidos. Segundo eles, o vírus zika é capaz de infectar um tipo de célula-tronco neuronal que dá origem ao córtex cerebral, a área responsável pelas capacidades intelectuais.

Trabalhando com células-tronco de pluripotência induzida cultivadas in vitro, assim como o grupo do Rio, eles observaram que as células infectadas ficam mais propensas a morrer e menos propensas a se dividir normalmente e criar novas células cerebrais. Durante o estudo, eles notaram que a infecção acontecia em três dias. Na sequência, as células acabavam sendo usadas

para replicação viral.

Os pesquisadores ressaltam que os resultados ainda não provam a relação com microcefalia em bebês gestados por mães infectadas pelo vírus, mas revelam onde o zika é capaz de causar danos.

Segundo eles, esse trabalho é só o primeiro passo. O grupo lembra que ainda não se sabe, por exemplo, o que está acontecendo no desenvolvimento do feto. “Pelo nosso estudo, sabemos que o zika pode infectar e destruir ou ao menos atrasar o crescimento das células neuronais progenitoras do córtex em cultura de células”, disse ao Estado Guo-li Ming, neurocientista da Johns Hopkins. “Para saber se isso tem como consequência direta a microcefalia precisamos de mais estudos e essa evidência deve vir de estudos clínicos.”

Ming disse que leu ontem o trabalho de Rehen com grande interesse e ficou feliz de as conclusões convergirem. “Fica claro que a infecção por zika impacta o crescimento e a sobrevivência das células-tronco. Os dois estudos também validam que as células-tronco cultivadas em laboratório são um bom modelo experimental para avançar o conhecimento sobre a microcefalia.”

Rehen também reforçou que a existência dos dois trabalhos consolida os dados. “Mas para entender a microcefalia ainda precisamos de mais estudos. Alterações no ciclo celular também podem estar envolvidos. Não é só a morte celular que conta”, diz.

Giovana Girardi

Acesse o PDF: [Mais um estudo confirma que zika mata células do cérebro \(o Estado de S. Paulo, 04/06/2016\)](#)